

CONCURSO PÚBLICO – PROCURADORIA- -GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022



Analista Técnico Administrativo II

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

CARGO: ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de **01** a **11**.

Qualquer cidadão pode acionar o Judiciário para defesa do patrimônio cultural

Ao contrário do que muitos possam pensar, qualquer cidadão brasileiro pode, em nome próprio, questionar judicialmente atos que sejam lesivos ao patrimônio histórico do país em decorrência da ação ou da omissão do poder público.

Presente no ordenamento jurídico brasileiro desde 1824, a ação popular é um importante instrumento de exercício da cidadania (*status activus civitates*), na medida em que permite que o próprio cidadão (basta a condição de eleitor) bata às portas da Justiça para a defesa de direitos e interesses que pertencem a todos, viabilizando o cumprimento do direito-dever solidário que toca ao poder público e à sociedade na tarefa de tutelar os bens integrantes do nosso patrimônio cultural.

É oportuno, ressaltar, por primeiro, que a Constituição Federal vigente impôs coercitivamente a todos os entes federativos, com a colaboração da comunidade, o dever de defesa dos bens culturais, de forma que a atuação positiva em tal matéria é obrigatória, não podendo se alegar discricionariedade para descumprir os mandamentos constitucionais [...].

Logo, todo ato omissivo (por exemplo, não exercício do poder de polícia administrativa e vigilância sobre bens culturais privados, permitindo o abandono; não fiscalização de engenhos de publicidade que comprometam a ambiência de bens tombados; descaso com a conservação de bens públicos de valor cultural tais como arquivos, imóveis, museus e bibliotecas) ou comissivo (por exemplo, concessão de alvará de demolição de bem de significativo valor cultural; concessão de licença sem exigência de prévio estudo de impacto de vizinhança; concessão de alvará de funcionamento para atividade vedada em zona de proteção do patrimônio cultural) que viole os dispositivos acima mencionados são ilegais e lesivos, podendo ser objeto de controle jurisdicional.

Como garantia de efetivação do direito de todos ao patrimônio cultural hígido, a Carta Magna previu no artigo 5º, entre outros instrumentos, a ação popular nos seguintes termos: “LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

Desta forma, a ação popular está para a tutela do direito à boa administração pública, ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, assim como o Habeas Corpus está para a tutela do direito à liberdade.

Nessa toada, conquanto o regramento da ação popular esteja previsto na Lei nº 4.717/65, tal norma precisa ser interpretada sob as luzes do novo ordenamento constitucional e dentro

do contexto do microsistema de tutela jurisdicional coletiva composto da própria lei de ação popular que se integra à lei da ação civil pública e ao Código de Defesa do Consumidor.

Em tal cenário, nos termos da dicção constitucional, basta que o ato seja lesivo ao patrimônio cultural para que possa ser questionado judicialmente pela ação popular, sendo prescindível a ilegalidade.

O STJ tem entendido que o conceito de ato lesivo é amplo, já que não significa apenas atos que causem prejuízo financeiro direto ao estado. Os atos considerados prejudiciais podem ser por desvio de finalidade, inexistência de motivos, ilegalidade de objeto, violação a princípios da administração pública, entre outros aspectos passíveis de anulação.

(Por Marcos Paulo de Souza Miranda. Revista Consultor Jurídico, 13 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-13/ambiente-juridico-cidadao-acionar-judiciario-defesa-patrimonio-cultural>. Adaptado.)

Questão 01

O título do texto apresenta em sua estrutura o uso do pronome que:

- A) Antecipa a ideia que será apresentada no texto.
- B) Informa ao leitor a condição do cidadão referente aos seus direitos e deveres.
- C) Confere ao título a característica que lhe é própria quanto à autoria e criatividade.
- D) Caracteriza o substantivo que antecede apresentando a intenção do enunciador de generalizar.
- E) Determina o grau de envolvimento do cidadão com questões relacionadas ao exercício da cidadania.

Questão 02

Ainda sobre o título atribuído ao texto é correto afirmar que:

- A) A indicação de uma possibilidade demonstra que o assunto tratado no texto não reflete uma realidade.
- B) Equivale ao tema apresentado no desenvolvimento textual já que o título e tema possuem o mesmo significado.
- C) Seriam subtemas coerentemente relacionados ao exposto no título: cidadania, direito, deveres e equidade social.
- D) Embora título e tese apresentem conceitos diferentes, neste caso, a tese é expressa pelo articulador no título citado.
- E) Quanto à expressão da modalização vocabular, pode-se reconhecer possibilidade de uma ação objetivando determinado fim.

Questão 03

Os termos destacados a seguir possuem função sintática equivalente, EXCETO:

- A) “em decorrência da ação ou da omissão do poder público.” (1º§)
- B) “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular” (5º§)
- C) “a ação popular é um importante instrumento de exercício da cidadania” (2º§)
- D) “engenhos de publicidade que comprometam a ambiência de bens tombados;” (4º§)
- E) “efetivação do direito de todos ao patrimônio cultural hígido, a Carta Magna previu” (5º§)

Questão 04

As vírgulas empregadas em “qualquer cidadão brasileiro pode, em nome próprio, questionar judicialmente” têm como justificativa para seu uso:

- A) Introdução de oração explicativa.
- B) Separação de expressão intercalada.
- C) Substituição de forma verbal pela vírgula.
- D) Omissão de verbo já utilizado no período.
- E) Separação de oração subordinada reduzida.

Questão 05

O vínculo anafórico é um recurso empregado na construção textual que fortalece a coesão entre as informações e ideias apresentadas, como é possível reconhecer em “atos que sejam lesivos ao patrimônio histórico do país”, em que o termo grifado retoma “atos”. Diante da possibilidade de ocorrência de ambiguidade, fato que resultaria em comprometimento da coesão textual, poderia ocorrer dúvida quanto à identificação do referente por meio do vínculo citado, conforme pode ser observado em:

- A) Sua mãe encontrou Alice na loja em que ela trabalha.
- B) Conforme foi combinado, chegou pontualmente ao encontro.
- C) O senhor que passava pela rua cumprimentou a Pedro inesperadamente.
- D) A filha que mais lhe dá trabalho é a que esteve distante da família por um longo período.
- E) Meu tio e sua esposa chegarão em breve, ela – que há muito não vejo – deve estar faminta.

Questão 06

Em caso de substituição de “patrimônio histórico” por “construções históricas” em “lesivos ao patrimônio histórico do país” teríamos, de acordo com a norma padrão da língua:

- A) à construções históricas.
- B) as construções históricas.
- C) às construções históricas.
- D) à que construções históricas.
- E) à algumas construções históricas.

Questão 07

Ainda em relação às relações de sintaxe estabelecidas, assinale a seguir a alternativa que apresenta duas orações sendo que uma delas, e não apenas uma palavra ou expressão, exerce função sintática, a saber: substantiva.

- A) “[...] qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular [...]” (5º§)
- B) “Os atos considerados prejudiciais podem ser por desvio de finalidade, [...]” (9º§)
- C) “[...] viabilizando o cumprimento do direito-dever solidário que toca ao poder público [...]” (2º§)
- D) “Desta forma, a ação popular está para a tutela do direito à boa administração pública, [...]” (6º§)
- E) “É oportuno, ressaltar, por primeiro, que a Constituição Federal vigente impôs coercitivamente a todos os entes federativos, [...]” (3º§)

Questão 08

O quarto parágrafo é introduzido por expressão que estabelece em relação ao parágrafo anterior uma relação de:

- A) Conclusão.
- B) Contestação.
- C) Contestação parcial.
- D) Causa e consequência.
- E) Duplicidade de pensamento.

Questão 09

Em “bata às portas da Justiça para a defesa de direitos e interesses” (2º§), acerca do efeito de sentido produzido pelo emprego das palavras de acordo com o contexto estabelecido, pode-se afirmar que:

- A) A linguagem denotativa foi empregada de forma exclusiva.
- B) É possível reconhecer o emprego de expressão que caracteriza a linguagem conotativa.
- C) A expressão “defesa de direitos e interesses” poderia ser substituída por “necessária apresentação de defesa dos cidadãos”, mantendo-se a ideia original.
- D) O emprego dos vocábulos “direitos” e “interesses” indica um reforço da mesma ideia, não havendo distinção significativa quanto ao sentido que expressam individualmente.
- E) É possível reconhecer o emprego de uma linguagem informal, destoando – intencionalmente – da adequação proposta pela norma padrão predominantemente utilizada no texto.

Questão 10

Considerando que o estabelecimento da concordância verbal e nominal é de grande relevância para a observação da norma gramatical, assinale, a seguir, o trecho em que há uma inadequação quanto ao mencionado anteriormente.

- A) “[...] não fiscalização de engenhos de publicidade que comprometam a ambiência de bens tombados; [...]” (4º§)
- B) “[...] qualquer cidadão brasileiro pode, em nome próprio, questionar judicialmente atos que sejam lesivos[...].” (1º§)
- C) “[...] que toca ao poder público e à sociedade na tarefa de tutelar os bens integrantes do nosso patrimônio cultural.” (2º§)
- D) “[...] que viole os dispositivos acima mencionados são ilegais e lesivos, podendo ser objeto de controle jurisdicional.” (4º§)
- E) “[...] não exercício do poder de polícia administrativa e vigilância sobre bens culturais privados, permitindo o abandono; [...]” (4º§)

Questão 11

Quanto ao sentido que expressa no discurso, o termo destacado em “questionar judicialmente atos que sejam lesivos” denota, no contexto apresentado:

- A) Momento do ato enunciativo.
- B) Delimitação acerca da ação a que se refere.
- C) Expressão de polaridade existente entre as ideias apresentadas.
- D) Ponto de vista do articulador em relação ao questionamento citado.
- E) Intensidade do questionamento acerca dos atos considerados lesivos.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 12

De acordo com o Manual de Redação Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa que apresenta informação correta em relação ao emprego de determinadas expressões na Redação Oficial.

- A) O termo “outrossim” é considerado um chavão, porque não reflete a imagem de modernidade requerida pelas comunicações oficiais.
- B) Os fechos das correspondências oficiais “Respeitosamente” e “Atenciosamente” foram substituídos por “Sem mais para o momento, subscrevo-me...”.
- C) O emprego de termos como “debalde” e “destarte” refletem o domínio do padrão culto, sendo assim demonstram conhecimento vocabular variado.
- D) A expressão “vimos através desta” demonstra aplicação de clareza e objetividade ao texto pertencente ao gênero textual relacionado à Redação Oficial.
- E) Expressões como “Tenho a honra de, Tenho o prazer de” para iniciar o texto das correspondências oficiais demonstram apreço pelo destinatário contribuindo para o fortalecimento do vínculo da comunicação.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Questão 13

O poder complementar é facultado à Administração Pública, sendo dotado de uma relevância normativa crucial para a organização do estado. É característica desse poder:

- A) A indelegabilidade.
- B) A generalidade e a abstração.
- C) A capacidade de criar direitos e obrigações.
- D) A titularidade do seu exercício pelo Poder Legislativo.
- E) Ser exercido mediante decreto, regulamento e medida provisória.

Questão 14

Lei estadual que estabelece o Conselho Estadual de Justiça é aprovada, tendo como motivação o controle da eficiência e celeridade da prestação jurisdicional. De acordo com a lei, o órgão seria composto por integrantes dos três poderes e representantes da sociedade civil. A criação do conselho é:

- A) Constitucional, considerando que é função típica do Poder Legislativo a fiscalização dos demais poderes.
- B) Inconstitucional, pois é vedada a ingerência de um poder na órbita de outro em respeito ao mecanismo de freios e contrapesos.
- C) Inconstitucional, pois o conselho não poderia ser constituído por membros do Poder Judiciário o que conflagra conflito de interesses.
- D) Constitucional, por observância ao princípio da simetria, uma vez que no âmbito nacional foi estabelecido o Conselho Nacional de Justiça.
- E) Inconstitucional, por ser dotado de caráter nacional, o Poder Judiciário só poderia sofrer controle de conselho estadual caso houvesse previsão constante de lei federal.

Questão 15

O Poder Legislativo Estadual tem como competência precípua a atividade legislativa realizada, preponderantemente, pela edição e aprovação de leis. Contudo, é função atípica da Assembleia Legislativa julgar as autoridades elencadas na Constituição do estado. O exercício dessa incumbência se manifesta mediante a seguinte capacidade do legislativo estadual:

- A) Julgar secretário de estado nos crimes de responsabilidade.
- B) Processar e julgar o Governador nos crimes de responsabilidade.
- C) Julgar o Vice-governador do estado nos crimes comuns e de responsabilidade.
- D) Processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça do estado nos crimes de responsabilidade.
- E) Processar e julgar o Presidente do Tribunal de Contas do estado nos crimes comuns e de responsabilidade.

Questão 16

No âmbito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, o Tribunal de Contas dos Estados exerce um papel de protagonismo. Quanto à sua natureza jurídica o Tribunal de Contas se classifica como órgão:

- A) Integrante do Poder Judiciário.
- B) Integrante do Poder Executivo.
- C) Integrante do Poder Legislativo.
- D) Autônomo auxiliar ao Poder Executivo.
- E) Autônomo auxiliar do Poder Legislativo.

Questão 17

Existem normas na Constituição Federal que aspiram promover determinadas ações a serem adotadas de forma ativa pelo Estado para que um resultado determinado seja objetivamente alcançado. Assim, pretende-se, sem força vinculante, mobilizar os ocupantes do governo, através da criação de direitos subjetivos, a desenvolver políticas públicas, em que o credor é a sociedade e o devedor é o Estado. A modalidade de norma descrita é conhecida como:

- A) Supereficaz.
- B) Programática.
- C) Principlológica.
- D) De eficácia contida.
- E) De eficácia limitada.

Questão 18

Determinada servidora da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC) se recusou injustificadamente a assinar a folha de ponto mês de janeiro de 2022, recebendo advertência, por ter descumprido normas internas. A servidora protocolou em dezembro de 2022 o requerimento de férias-prêmio, o qual foi indeferido sob a justificativa que existe advertência em sua ficha funcional. A conduta da Administração quanto à negativa da concessão das férias-prêmio é atinente ao Poder

- A) de polícia.
- B) dicionário.
- C) disciplinar.
- D) hierárquico.
- E) regulamentar.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 19

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, analise as afirmativas a seguir.

- I. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.
- II. Subordinam-se ao regime da Lei de Licitações, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III. O processo licitatório será processado e julgado em estrita conformidade com os princípios básicos do direito humano fundamental, desenvolvimento, democrático, precaução, prevenção, equilíbrio, limite, responsabilidade.
- IV. Segundo a legislação, serviço é toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, devendo ser garantido o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

Questão 20

O Estado de Santa Catarina estava realizando a construção de uma importante ponte que liga duas cidades; para tanto, foi necessário fazer um pequeno desvio do curso do rio que separa as duas cidades. A obra executada atende a todas as licenças ambientais necessárias e projetos de engenharia. Contudo, antes da conclusão das obras houve a maior chuva já registrada na região, o que fez com que o rio subisse mais de quatorze metros acima do normal, ocasionando desabrigo de parte da população, sendo que não havia nada que pudesse ser feito para minimizar os impactos da enchente, mesmo não havendo obra. Sobre o caso em tela, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilidade da Administração deve ser afastada diante da força-maior, que é um acontecimento externo, estranho à vontade humana, imprevisível e inevitável.
- B) Haverá atenuante da responsabilidade do Estado com relação à população, uma vez que as vítimas tinham consciência do perigo a que se expunham construindo às margens ou próximo ao curso do rio.
- C) A Administração deve ser responsabilizada pela obstrução ou insuficiência de vazão das águas pluviais, mesmo que de forma culposa, pois a atuação estatal foi a única responsável pela distribuição do patrimônio do cidadão.
- D) Será afastada a responsabilidade do Estado em face do caso fortuito, já que a enchente decorre de causa desconhecida, não havendo condão de elidir o nexo entre o comportamento defeituoso do Estado e o dano produzido.
- E) Em face da teoria da responsabilidade objetiva do Estado, não poderão ser invocadas causas excludentes e atenuantes da responsabilidade estatal, já que é comprovado o nexo de causalidade entre o ato da Administração e o prejuízo gerado, independentemente de culpa.

Questão 21

“Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser _____ pela própria Administração.” Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) cassados
- B) anulados
- C) revogados
- D) sobrestados
- E) convalidados

Questão 22

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos da Lei nº 8.429/1992. Assim, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, assinale afirmativa correta.

- A) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas ou culposas tipificadas na Lei de Improbidade Administrativa.
- B) Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei de Improbidade Administrativa os princípios constitucionais do direito penal sancionador.
- C) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- D) As entidades privadas que recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais da Administração Direta não cometem atos de improbidade administrativa, pois se trata de conduta típica.
- E) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 23

A Procuradoria-Geral do Estado vai se manifestar sobre a transferência de controle de uma sociedade de economia mista integrante da administração pública indireta do Estado de Santa Catarina. No que tange ao disposto na Constituição do Estado de Santa Catarina, a PGE/SC deve esclarecer que a transação depende de:

- A) Audiência pública com a população diretamente afetada.
- B) Sanção de lei complementar aprovada por quórum qualificado.
- C) Aprovação de lei específica autorizativa na Assembleia do Estado.
- D) Referendo de, pelo menos, dois terços dos empregados da estatal.
- E) Autorização do Governado do Estado, mediante decreto autônomo.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 24

Alexandre, logo após praticar determinada infração disciplinar, procurou, espontaneamente e de forma eficiente, minimizar as consequências do ilícito, inclusive, ressarcindo os cofres públicos. Referida atitude, nos termos do Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, é circunstância:

- A) Mitigadora da sanção de multa.
- B) Atenuante da penalidade cabível.
- C) Excludente da punibilidade administrativa.
- D) Ineficaz, se for comprovada a prática do ilícito.
- E) De decesso da penalidade para a mera repreensão.

Questão 25

Sobre o direito de petição, analise as afirmativas a seguir.

- I. O pedido de reconsideração somente pode ser feito uma vez à mesma autoridade.
- II. O direito de petição para questionar advertência aplicada ao servidor prescreve em cinco anos.
- III. O direito de petição administrativa é assegurado apenas ao servidor efetivo estável.
- IV. O recurso deve ser dirigido à autoridade que manifestou a decisão, tendo esta trinta dias para decidir.

Considerando o Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, a(s) afirmativa(s) que, além de prevista(s) na legislação pertinente, não ofende(m) a Constituição Federal de 1988 é(são), apenas

- A) I.
- B) III.
- C) IV.
- D) I e II.
- E) II e III.

Questão 26

Filipa presenciou determinada infração disciplinar na repartição pública em que trabalha. Quando intimada a depor, denunciou falsamente uma outra colega, meramente com intuito de vingança, em razão de antiga desavença. Após apurações, Filipa foi indiciada por “dar causa à instauração de sindicância ou processo disciplinar, imputando a qualquer funcionário infração de que o sabe inocente”. Nos termos do Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, a infração é punível, em regra, com:

- A) Demissão simples.
- B) Repreensão verbal.
- C) Repreensão escrita.
- D) Exoneração qualificada.
- E) Suspensão de até trinta dias.

Questão 27

A Constituição do Estado de Santa Catarina reconhece, às pessoas com comprovada hipossuficiência financeira, a gratuidade de alguns registros e certidões, dentre os quais NÃO se inclui:

- A) Registro de óbito.
- B) Certidão de óbito.
- C) Certidão de casamento.
- D) Certidão de adoção de criança.
- E) Registro de interdição de incapaz.

Questão 28

Considerando a redação vigente da Constituição do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que:

- A) O agente público, qualquer que seja sua categoria funcional, é obrigado, a partir do estágio probatório, a declarar seus bens e rendas.
- B) A revisão geral da remuneração, sem distinção de índices entre servidores civis e militares, far-se-á sempre que se alterar o salário mínimo.
- C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados apenas para fins de concessão de acréscimos sob o mesmo fundamento.
- E) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Questão 29

Em relação à Câmara Administrativa de Gestão e Solução de Conflitos, nos termos da Lei Complementar nº 780/2021, é correto afirmar que:

- A) As decisões e as homologações manifestadas no exercício de sua missão institucional serão adimplidas sempre por precatório.
- B) No âmbito de sua atuação, é possível a instituição de núcleos temáticos, sendo eles criados pelo Procurador-Geral do Estado.
- C) Uma de suas competências consiste em dirimir conflitos entre órgãos estaduais e municipais, vedado celebrar ajustamentos de conduta.
- D) Será dirigida pelo Procurador-Geral do Estado, ou por membro efetivo da Defensoria Pública, livremente designado pelo Governador.
- E) Sua estrutura organizacional compreende o modelo descentralizado de fundação autárquica, subordinada à Procuradoria-Geral do Estado.

Questão 30

Nos termos da Lei Complementar nº 491/2010, na fase de instrução de processo administrativo disciplinar:

- A) É vedado à comissão arrolar testemunhas para elucidação dos fatos, bem como proceder a mais de um interrogatório do acusado.
- B) Na hipótese de a defesa arrolar testemunhas em número excedente a três, a comissão sorteará as testemunhas, dispensando as excedentes.
- C) No caso de mais de um acusado, serão ouvidos conjuntamente ou, se divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, separadamente.
- D) Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito que possa onerar os cofres públicos.
- E) O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 31

Atualmente, o trabalho remoto tem ganhado muita força. Teletrabalho, *home-office* e demais denominações são habituais e, para isso, a Tecnologia da Informação é primordial, pois há ferramentas disponibilizadas que propiciam essas atividades. Uma das ferramentas, que pode ser usada para reuniões síncronas, é o *Microsoft Teams*; ela permite informação, organização e conexão de qualquer lugar. No *Microsoft Teams*, usando o Sistema Operacional *Windows 11*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, há três opções de temas que alteram a aparência do aplicativo; assinale-as.

- A) Claro; Escuro; e, Personalizado.
- B) Claro; Escuro; e, Alto Contraste.
- C) Entardecer; Noturno; e, Normal.
- D) Sistema; Personalizado; e, Alto Contraste.
- E) Alto Contraste; Baixo Contraste; e, Médio Contraste.

Questão 32

Determinado usuário preparou uma apresentação para um evento que irá ocorrer, apresentando ações desenvolvidas pelo setor em que atua, como forma de prestação de contas dos recursos recebidos para tais ações. Sabe-se que ele utilizou o *Microsoft PowerPoint 2013*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil. Foram usadas diversas tabelas, relacionando os recursos e as ações, com seus respectivos valores. Para inserir uma tabulação nas células, foi empregado o recurso de atalho de teclado, que agiliza muito o serviço; assinale-o.

- A) Tab.
- B) Alt + Tab.
- C) Ctrl + Tab.
- D) Shift + Tab.
- E) Ctrl + Shift + Tab.

Questão 33

Considerando os dispositivos periféricos no *Windows 10*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao conectar um dispositivo ao computador, o *Windows 10* irá identificá-lo e buscar, em seu banco de dados de *drivers* de dispositivos, o *driver* apropriado.
- II. Os *drivers* de dispositivo são arquivos que permitem que o *Windows* se comunique com o seu dispositivo.
- III. O *Windows 10* suporta automaticamente todos os dispositivos.
- IV. O *Windows* também pode procurar o *driver* na *Internet* diretamente no *site* do fabricante para instalar os *drivers*.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.

Questão 34

Uma definição pura e simples de *malware* pode ser “programas maliciosos”, ou seja, qualquer programa criado para executar alguma ação por falha de segurança ou em busca dessas falhas. São vários os tipos de *malware* que podem ser listados. “Programa *malware* que aparenta realizar alguma tarefa útil, mas que faz algo com consequências negativas.” A informação se refere:

- A) *Botnet*.
- B) *Keylogger*.
- C) Vírus furtivo.
- D) Vírus de macro.
- E) Cavalo de Troia.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Questão 35

As advogadas Ana, Beatriz e Cláudia trabalham em um mesmo escritório de advocacia e são especializadas nas áreas de direito civil, direito do consumidor e direito comercial, mas não necessariamente nessa ordem. Considere que cada advogada é especializada em uma única área do direito. Das afirmativas seguintes, somente uma é verdadeira:

- Ana é especializada na área do direito comercial.
- Beatriz não é especializada na área do direito do consumidor.
- Cláudia não é especializada na área do direito comercial.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Ana é especializada na área do direito civil.
- B) Beatriz não é especializada na área do direito civil.
- C) Beatriz é especializada na área do direito comercial.
- D) Ana é especializada na área do direito do consumidor.
- E) Cláudia é especializada na área do direito do consumidor.

Questão 36

No departamento de direito de uma faculdade, todos os docentes que lecionam a disciplina História do Direito também lecionam a disciplina Teoria da Constituição. Nesse departamento, há, pelo menos, um docente que leciona as disciplinas Sociologia Jurídica e História do Direito. Além disso, há pelo menos um docente que leciona as disciplinas Filosofia do Direito e Teoria da Constituição. É correto afirmar que, nesse departamento, necessariamente,

- A) há pelo menos um docente que leciona Teoria da Constituição e Sociologia Jurídica.
- B) há pelo menos um docente que leciona as disciplinas Filosofia do Direito e História do Direito.
- C) todos os professores que lecionam Sociologia Jurídica lecionam, também, Teoria da Constituição.
- D) há pelo menos um docente que leciona as disciplinas Sociologia Jurídica e Filosofia do Direito.
- E) todos os docentes que lecionam a disciplina Teoria da Constituição lecionam, também, Filosofia do Direito.

Questão 37

No último exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sueli obteve uma pontuação menor que Marília e Humberto obteve uma pontuação menor que Sueli. Adicionalmente, sabe-se que Norma obteve uma pontuação maior que Valéria. Considerando que Valéria fez mais pontos que Marília, qual das cinco pessoas citadas obteve a maior pontuação?

- A) Sueli.
- B) Norma.
- C) Marília.
- D) Valéria.
- E) Humberto.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Questão 38

Uma das dimensões consideradas significativas no planejamento é até que ponto o ato de planejar contribui para a eficácia organizacional. São considerados fatores que tornam o planejamento eficaz, EXCETO:

- A) O planejamento limita ações arbitrárias.
- B) O planejamento reduz o grau de incerteza dentro da organização.
- C) O planejamento permite à organização ter maior capacidade de tratar com as incertezas apenas no ambiente externo.
- D) Quando o planejamento é bem elaborado, contribui para reduzir ambiguidade e conflito de posições dentro da estrutura organizacional.
- E) O planejamento força o administrador a considerar fatores, para efeito de tomada de decisão que, dificilmente, seriam considerados sem planejamento.

Questão 39

“O planejamento _____ define a missão e os objetivos da organização, considerando, dentre outros fatores, as ameaças e as oportunidades do ambiente.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) estratégico
- B) operacional
- C) competitivo
- D) departamental
- E) tático ou funcional

Questão 40

O *Balanced Scorecard* (BSC), criado por Kaplan e Norton, é uma ferramenta administrativa que envolve quatro diferentes perspectivas que devem ser integradas e balanceadas para promover sinergia. O BSC é uma metodologia baseada no equilíbrio organizacional. A perspectiva que define a capacidade da organização de melhorar continuamente e se preparar para o futuro denomina-se:

- A) Cliente.
- B) Financeira.
- C) Mapa estratégico.
- D) Processo interno.
- E) Inovação e aprendizagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO FINANCEIRO

Questão 41

“Há a percepção da necessidade de que o governo federal cumpra seu papel de dinamizador da economia regional, promova núcleos e arranjos produtivos locais com inclusão econômica e social e defina instrumentos de financiamento de investimentos públicos e privados.” Tal afirmativa encontra seu fundamento no princípio da:

- A) Economicidade.
- B) Moralidade pública.
- C) Solidariedade social.
- D) Responsabilidade fiscal.
- E) Redução das desigualdades.

Questão 42

Determinado Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação, Administração de Imóveis e Condomínios Residenciais se insurge contra a Portaria Ministerial que estabeleceu valores diferenciados na compra de botijões de gás (13 k – menor – e 45 e 90 k – maior). Afirma que fere direito líquido e certo do usuário e a isonomia entre os consumidores. O Ministro diz que a fixação dos preços diferenciados se justifica, pois a grande maioria da população usa o botijão de 13 k e o uso dos maiores, em residências, se dá, via de regra, para aquecimento central, nos meses de inverno, o que ocorre em condomínios de alto poder aquisitivo, sendo que a portaria reflete política de redução gradual de subsídios ao GLP. Sabe-se que o GLP, na hipótese, é importado e vendido de forma subsidiada. Considerando os princípios constitucionais que regulam a atuação do Poder Público em tema de política de subsídios, pode-se afirmar que:

- A) A redução do subsídio só poderia ser efetivada através de lei.
- B) A portaria em questão é ilegal, pela quebra do princípio da isonomia.
- C) A portaria é legal, obedecendo ao princípio de redução das desigualdades.
- D) A portaria não observa o princípio constitucional de defesa do consumidor.
- E) A portaria é inconstitucional, por não atender ao princípio da economicidade.

Questão 43

“Trata-se de lei que estabelece quais serão as metas e prioridades para o próximo ano calendário. Fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.” O trecho anterior trata-se da Lei:

- A) Orçamentária Anual.
- B) De Responsabilidade Fiscal.
- C) De Diretrizes Orçamentárias.
- D) De Normas Gerais Financeiras.
- E) Do Sistema Financeiro Nacional.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 44

Determinada Lei Estadual estabeleceu, em um de seus artigos, que saldos financeiros resultantes da execução orçamentária do Poder Judiciário disponíveis ao final de cada exercício, ressaltado o valor inscrito em restos a pagar, reverteriam ao Fundo Especial do Poder Judiciário daquele Estado da Federação; pode ser afirmado que a lei em comento:

- A) É compatível com a Constituição Federal, uma vez que respeita a autonomia orçamentária do Poder Judiciário.
- B) Possui vício de legalidade, uma vez que a atividade de alocação de recursos escassos é função precípua do Poder Executivo.
- C) É inconstitucional, desrespeitando as atribuições dos Poderes Executivo e Legislativo para propor e aprovar as leis orçamentárias.
- D) A lei é constitucional, cabendo ao Poder Judiciário definir receitas e despesas próprias, nas primeiras incluso os saldos orçamentários.
- E) Está de acordo com a legislação em vigor, uma vez que a destinação do saldo orçamentário é permitida através de ato típico do poder legislativo.

Questão 45

Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do mútuo.
- () Integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- () A vedação de uso de recursos públicos em operações de crédito para socorrer instituições financeiras inclui operações de redesconto.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) F, F, V.
- C) V, V, F.
- D) V, F, V.
- E) F, V, F.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 46

A teoria da imprevisão (*théorie de l'imprévision*) foi consagrada pelo Conselho de Estado francês no julgamento do caso "*Gaz de Bordeaux*", de 30/03/1916. Naquele caso, a concessionária pretendia a revisão do contrato administrativo de produção de gás, pois o preço do carbono, matéria-prima necessária à produção do gás, foi elevado excessivamente por conta da I Guerra Mundial. O Conselho de Estado estabeleceu as condições de aplicação da teoria da imprevisão e garantiu o direito à revisão do contrato.

(LONG, M.; WEIL, P.; BRAIBANT, G.; DEVOLVÉ, P.; GENEVOIS, B. *Les grands arrêts de la jurisprudence administrative*. 16. ed. Paris: Dalloz, 2007. p. 189-197. Apud OLIVEIRA, Rafael Carvalho de Rezende. *Curso de direito administrativo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. p. 1.017.)

Ciente do exposto e valendo-se também das pertinentes disposições legais e jurisprudenciais acerca da teoria da imprevisão, aplicáveis ao direito público brasileiro, assinale a afirmativa integralmente correta.

- A) A teoria da imprevisão tem como objetivo o reestabelecimento do equilíbrio contratual entre os contratantes.
- B) No Brasil, a teoria da imprevisão aplica-se tão somente às relações particulares não sendo aplicável no direito público.
- C) Em se tratando de contratos administrativos, a força obrigatória dos contratos deverá prevalecer em detrimento da teoria da imprevisão.
- D) É pressuposto à revisão contratual, com base na teoria da imprevisão, apenas a efetiva e concreta disparidade econômica entre as partes, nas obrigações de trato continuado.
- E) A teoria da imprevisão decorre de disposição expressa, no âmbito da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estando ali regulamentada a sua aplicabilidade, inclusive nos contratos administrativos.

Questão 47

Analise as situações hipotéticas a seguir delineadas, bem como suas respectivas proposições.

- I. Maria e Marcos tratam-se de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, sendo ambos contribuintes do regime próprio de previdência social. A primeira conta com seus sessenta e cinco anos de idade, enquanto o segundo está com sessenta e oito anos de idade. Logo, por conta da idade, Maria deverá ser aposentada compulsoriamente, não assistindo o mesmo destino a Marcos.
- II. Lucas, professor do ensino médio na rede pública estadual, e Luan, assistente administrativo da mesma escola onde aquele outro atua, saíram juntos para o horário de almoço e então iniciariam uma conversa sobre a aposentadoria, enquanto servidores públicos contribuintes do regime próprio de previdência social. Em determinado momento, Lucas asseverou que possui o direito de requerer sua aposentadoria voluntária cinco anos antes de Luan, por conta do cargo que ocupa, respeitados os demais pressupostos exigidos em lei.
- III. Recém-nomeada e empossada na assessoria do Governador de Estado, Luana questionou um de seus colegas acerca das contribuições previdenciárias devidas pelos ocupantes daquele cargo em comissão. Em resposta, o colega Luiz afirmou que todos os servidores públicos ali contribuem para o regime próprio de previdência social, pelo que Luana também passará a fazer suas contribuições sob tal regime, ainda que ela não integrasse antes os quadros da administração pública.
- IV. Apesar de já suprir todos os requisitos necessários à sua aposentadoria voluntária, Ana decide que continuará a exercer as atribuições de seu cargo público, até que seja compulsoriamente aposentada. Por conta disso, lhe é conferido o direito ao abono de permanência, equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até que complete a idade para aposentadoria compulsória.

Com base nas informações anteriores e também nas pertinentes disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale, a seguir, a alternativa que indica quais proposições estão integralmente corretas.

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 48

Consta do Art. 175 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, na forma da lei, os serviços públicos podem ser prestados sob regime de concessão ou permissão, bem como diretamente pelo próprio Poder Público. Diante disso, originou-se, em 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 8.987/1995, a qual, segundo seu preâmbulo, “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no Art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”. Outra decorrência do normativo constitucional retrocitado foi a Lei nº 9.094/1995, a qual, segundo seu preâmbulo, “estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências”. Valendo-se do exposto, bem como das pertinentes disposições normativas e jurisprudenciais acerca dos serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) Com base na dispensa de licitação, é possível a contratação direta da concessão de serviços públicos.
- B) O transporte coletivo trata-se de serviço público de caráter essencial e de titularidade federativa municipal.
- C) Não implica em ofensa à continuidade dos serviços públicos a interrupção iniciada na sexta-feira, por inadimplemento do usuário.
- D) Os serviços públicos *uti singuli* são aqueles prestados a usuários determinados, sendo possível mensurar a sua utilização por cada um deles, com o seu custeio derivado diretamente do imposto.
- E) A regularidade, a continuidade, a eficiência, a segurança, a atualidade, a especificidade, a cortesia e a modicidade das tarifas são princípios dos serviços públicos expressamente previstos em lei.

Questão 49

Trata-se de um destino juridicamente natural aos contratos a sua extinção. Decorrido o prazo de vigência ou uma vez cumprida a obrigação, extinta estará a relação jurídica entre os contratantes, ao menos quanto àquele objeto do negócio. Inobstante o cumprimento do pactuado ser causa de extinção contratual, certo é que o ordenamento jurídico pátrio prevê várias outras hipóteses para que tal situação jurídica se configure, tanto nos contratos privados quanto nos regidos pelo direito público. Atualmente, a depender da lei adotada pela administração pública, as modalidades de extinção dos contratos administrativos têm sua regulamentação expressa no âmbito das Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, com previsão, inclusive, das causas prematuras da extinção contratual. Ciente do exposto e tomando como base as Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, no que se refere à extinção dos contratos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) Caso haja atraso na liberação de área sujeita a desapropriação, tal situação constituirá causa legal de extinção contratual prevista no âmbito da Lei nº 8.666/1993.
- B) O atraso de dois meses e dez dias dos pagamentos devidos pela Administração Pública, por despesas de obras, confere ao contratado o direito à extinção do contrato, nos termos da Lei nº 8.666/1993.
- C) O zelo pelo prévio contraditório e ampla defesa, na extinção prematura dos contratos administrativos, tratou-se de uma inovação normativa da Lei nº 14.133/2021, quando em face da Lei nº 8.666/1993.

- D) O atraso na obtenção da licença ambiental trata-se de nova hipótese de extinção contratual expressamente prevista na Lei nº 14.133/2021, não encontrando correspondência normativa na Lei nº 8.666/1993.
- E) O não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, para pessoas com deficiência, é hipótese de extinção contratual tanto na Lei nº 8.666/1993 quanto na Lei nº 14.133/2021.

Questão 50

Sobre a contratação direta, no âmbito da administração pública, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Não se admite necessariamente a contratação direta, por dispensa de licitação, dos serviços de engenharia com valores iguais ou superiores a R\$ 100.000,00.
- () Se, por ventura, for regularmente decretado o estado de sítio, será dispensável a licitação para aquisição de produtos e serviços inferiores a R\$ 500.000,00, enquanto perdurar a situação.
- () Na restauração de obras de artes de determinado museu público estadual, a licitação será dispensável, mesmo em se tratando o serviço que careça de ser realizado por determinado profissional de notória especialização e o bem objeto do ato tenha evidente valor histórico.
- () Ainda que o Governo do Estado, no corrente exercício financeiro, já tenha despendido R\$ 99.867,34 com serviços de manutenção de veículos automotores de sua propriedade, mediante dispensa de licitação, poderá ele adotar a citada contratação direta caso venha a necessitar do mesmo serviço, sob um valor de R\$ 345,00.

Com base no exposto e valendo-se da Lei nº 14.133/2021, a sequência está correta em

- A) F, V, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, V, F.
- D) V, F, F, V.
- E) F, F, F, V.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 51

Dentre as competências do Tribunal de Contas, enquanto órgão auxiliar, no exercício do controle externo, está a de realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa função pode ser ordenada:

- A) Por iniciativa própria.
- B) Do Presidente da Assembleia Legislativa.
- C) Pela mesa diretora da Assembleia Legislativa.
- D) Pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- E) Por comissão permanente da Assembleia Legislativa.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 52

A inafastabilidade da Jurisdição é uma garantia fundamental que, em certas hipóteses, pode ser flexibilizada. No entanto, é imprescindível a apreciação pelo Poder Judiciário a respeito

- A) da pretensão de se obter acesso a dados pessoais.
- B) das ações relativas à disciplina e competições esportivas.
- C) do ato da administração pública que contrarie súmula vinculante.
- D) do pedido para obtenção de benefício previdenciário perante o INSS.
- E) do acordo obtido em audiência de mediação envolvendo direitos indisponíveis transigíveis.

Questão 53

Diversas matérias de grande relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa podem ser decididas mediante consulta popular direta. Para ser exercida a democracia participativa, é necessário que:

- A) No caso de plebiscito, seja obtida autorização por aprovação nas duas casas que compõem o Congresso Nacional.
- B) No caso do referendo, este seja convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
- C) Tanto no plebiscito quanto no referendo, haja a aprovação ou a rejeição por maioria absoluta, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- D) No caso do plebiscito, o instrumento convocatório seja editado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
- E) Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Executivo o plebiscito seja convocado mediante Decreto Executivo, por proposta de 1/3, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Questão 54

A organização do Estado brasileiro comporta normas político-administrativas que devem ser observadas pelos entes da Federação. Nesse sentido, entende-se que:

- A) Territórios Federais integram a União, e sua transformação em Estado ou reintegração a município de origem serão reguladas em Lei Complementar.
- B) Os estados podem incorporar-se entre si mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Senado Federal, por Lei Complementar.
- C) A criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios que for autorizada por lei estadual sem a edição prévia de Lei Complementar Federal é inconstitucional.
- D) A criação de municípios deve ser feita por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar e dependerá de aprovação por plebiscito após divulgação dos Estudos de Viabilidade Urbana.
- E) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios que dependem de emenda constitucional para desmembramento e anexação a outros.

Questão 55

O Poder Constituinte que tem por missão elaborar a Constituição dos Estados-Membros caracteriza-se por ser secundário, limitado e condicionado em relação ao Poder Constituinte Originário. Por isso, ele é denominado de Poder Constituinte:

- A) Difuso.
- B) Supranacional.
- C) Derivado revisor.
- D) Derivado decorrente.
- E) Derivado reformador.

ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Questão 56

A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo.

(Disponível em: <http://tesouro.fazenda.rj.gov.br.>)

Assinale a afirmativa que apresenta corretamente os itens compreendidos na Dívida Flutuante.

- A) As contas de compensação; os serviços da dívida a pagar; e, os depósitos.
- B) O passivo permanente; o ativo financeiro; os depósitos; e, as notas de empenho.
- C) As dívidas a pagar; as contas de compensação; os restos a pagar; e, os depósitos.
- D) Os restos a pagar; o passivo permanente; o ativo financeiro; e, as notas de empenho.
- E) Os restos a pagar; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; e, os débitos de tesouraria.

Questão 57

O Município Z, Estado W, publicou em junho de 2019 a Lei nº 002/2019, estabelecendo as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, da qual constava o Anexo de Metas Fiscais – AMF, com a finalidade de demonstrar a condução da política fiscal para os próximos exercícios e avaliará o desempenho fiscal dos exercícios anteriores. Considerando a situação hipotética, bem como o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão integrar o AMF, EXCETO:

- A) Demonstrativo da Margem para Expansão das Despesas de Caráter Continuado para o exercício de 2020.
- B) Demonstrativo da Estimativa e Compensação de Renúncia de Receitas, explicitando mesmo que não exista sua previsão.
- C) Demonstrativos de Evolução do Patrimônio Líquido e de Origens e Aplicações dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018.
- D) Demonstrativo de Passivos Contingentes e Outros Riscos que poderão afetar as contas públicas elencadas as providências a serem tomadas para sanar tais riscos em caso de sua efetiva ocorrência.
- E) Metas anuais de resultado primário e nominal da Administração Municipal para o exercício de 2020 e indicando as metas para 2021 e 2022 em valores correntes e constantes, destacando receitas e despesas, totais e primárias, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 58

Observe a estrutura a seguir:

PROGRAMA: 1040 – Governança Fundiária.

Diretriz: 13 – Promoção da melhoria da qualidade ambiental, da conservação e do uso sustentável de recursos naturais, considerados os custos e os benefícios ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Esfera.

Esfera	Valor 2020 (mil R\$)	Valor 2021 (mil R\$)	Valor 2022 (mil R\$)	Valor 2023 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	792.100	475.703	857.893	555.920
Despesas Correntes	116.831	244.778	226.758	41.136
Despesas de Capital	675.269	230.925	631.135	514.784
Recursos Não-Orçamentários	48.384	138.772	510.248	495.560
Créditos e Demais Fontes	269	91.301	455.328	436.006
Gastos Tributários	48.115	47.471	54.920	59.554
Valores Globais	840.484	614.475	1.368.141	1.051.480
		3.874.580		

OBJETIVO: 1236 – Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra.

META: 052H – Elevar de 0,00% para 19,50% o Índice de Regularização Fundiária até 2023.

Unidade de medida: percentual.

Descritor de desempenho: Índice de Regularização Fundiária.

Regionalização da Meta	Meta até 2023
Região Centro-Oeste	80,70
Região Nordeste	9,97
Região Norte	25,45
Região Sudeste	17,97
Região Sul	51,16

(Disponível em: Lei nº 13.971/2019 – Anexo I – Programas Finalísticos.)

Considerando o disposto no Art. 165 da Constituição Federal acerca dos instrumentos orçamentários e seu conteúdo, é correto afirmar que a estrutura apresentada corresponde a Anexo do(a):

- A) Plano Plurianual – PPA.
- B) Lei Orçamentária Anual – LOA.
- C) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
- D) Anexo de Metas Anuais e Riscos Fiscais.
- E) Demonstrativo da margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Questão 59

Receita pública é o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade como hospitais, escolas, iluminação, saneamento etc. Para poder fazer isso, o governo precisa arrecadar dinheiro e faz isso de diversas maneiras.

(Disponível em: BRASIL, Portal da Transparência. <https://portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603237-orcamento-da-receita>.)

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a receita pública, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem exclusivamente legal.
- A concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro somente no exercício anterior ao da sua vigência.
- A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, F.
- B) V, V, F, F.
- C) F, V, V, V.
- D) V, F, F, V.
- E) F, F, V, V.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 60

O Estado pode intervir no domínio econômico de duas formas: direta, como agente econômico; indireta, como agente normativo e fiscalizador da atividade econômica, exercendo as funções de fiscalização, incentivo e planejamento. É correto afirmar que corresponde à intervenção indireta do Estado no domínio econômico, exercendo a função de incentivo:

- A) Uma empresa estatal irá constituir uma subsidiária, sendo que na lei de sua criação está prevista autorização legislativa para tal.
- B) A implantação do Plano Real foi uma medida para controle inflacionário através de diversas ações relacionadas à gestão pública.
- C) A redução das alíquotas do IPI em 2012 teve como objetivo estimular a atividade econômica diante de crise financeira internacional.
- D) Uma sociedade de economia mista irá realizar a alienação do controle acionário de uma subsidiária e para tal deverá realizar licitação na modalidade de leilão.
- E) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) realizou investigação em 2020 para apurar se o setor de produtos médico-farmacêuticos estaria aumentando os preços de forma abusiva devido à elevada demanda diante da pandemia.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Questão 61

No período clássico da administração entre os anos de 1900 a 1930 surge *Frederick Taylor*, o chamado “pai da administração científica”. Objetivando elevar a produtividade, é correto afirmar que *Taylor*:

- Estudou as funções individuais na usina.
- Redefiniu os métodos usados pelos trabalhadores.
- Cronometrou cada trabalho.
- Desmembrou cada tarefa em movimentos distintos.

Estes levantamentos resultaram no desenvolvimento nos princípios básicos da administração; analise-os.

- I. Desenvolvimento de um método científico para cada elemento do trabalho de uma pessoa.
- II. Relação ao melhor desempenho dos empregados quando se sentem depositários de atenção ou consideram que os dirigentes preocupam-se com seu bem-estar.
- III. Seleção, treinamento e desenvolvimento científicos dos trabalhadores.
- IV. Identificação dos cinco níveis de necessidades dos seres humanos, sendo que eles agem para satisfazer as suas necessidades não atendidas.
- V. Incentivo à cooperação entre operários e gerentes, para que cada trabalho pudesse ser realizado de modo padronizado e determinado cientificamente.
- VI. Divisão do trabalho e da responsabilidade entre gerentes e empregados com base em quem pode executar melhor uma tarefa específica.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e V.
- B) I, III e IV.
- C) II, IV e VI.
- D) I, III, V e VI.
- E) III, IV, V e VI.

Questão 62

Pedro está de posse do relatório financeiro da empresa onde trabalha e deseja estimar o resultado da instituição com base na alteração do volume de vendas. Pedro sabe que a medida da alavancagem operacional revela como uma alteração no volume de atividade influi no resultado operacional. As informações levantadas o período corrente foram:

Receita líquida	Custos operacionais (Custos de Produtos Vendidos)	Despesas
R\$ 9.500.000,00	R\$ 6.500.000,00	R\$ 2.500.000,00

Os comportamentos dos custos operacionais e despesas são:

	Variáveis	Fixos
Custos operacionais	80%	20%
Despesas	40%	60%

De acordo com o grau de alavancagem operacional encontrado, Pedro realiza duas simulações para dois possíveis cenários: uma elevação nas vendas de 20% ou uma redução de 10%. Quais serão os dois resultados operacionais estimados por Pedro?

- A) R\$ 600.000,00 ou R\$ 400.000,00
- B) R\$ 600.000,00 ou R\$ 450.000,00
- C) R\$ 900.000,00 ou R\$ 300.000,00
- D) R\$ 1.160.000,00 ou R\$ 170.000,00
- E) R\$ 3.960.000,00 ou R\$ 3.000.000,00

Questão 63

O gerenciamento da qualidade total proposto por *Deming* enfatiza a aplicação dos princípios de qualidade em todas as áreas de uma empresa ou instituição pública e se concentra no aperfeiçoamento contínuo. Uma das ferramentas japonesas usadas frequentemente na gestão da qualidade e que ajuda na eliminação dos desperdícios e na organização e limpeza do ambiente de trabalho chama-se 5S, que representa cinco palavras japonesas: *SEIRI, SEITON, SEISO, SEIKETSU* e *SHITSUKE*, que significam, respectivamente, senso de

- A) organização; ordenação; limpeza; higiene; e, saúde.
- B) disciplina; limpeza; padronização; higiene; e, direção.
- C) seleção; descarte; utilização; padronização; e, higiene.
- D) análise; aperfeiçoamento; controle; medição; e, direção.
- E) utilização; organização; limpeza; saúde; e, autodisciplina.

Questão 64

A gestão de projetos pode ser definida como a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas de atividades do projeto, a fim de atender os seus requisitos. Os projetos, ao atingirem sua meta, entregam um produto, seja ele bem ou serviço. Todo projeto passa por etapas que vão desde a sua concepção até a sua conclusão. Cada etapa tem suas necessidades e características. Esta série de etapas é conhecida como o ciclo de vida do projeto. As etapas do ciclo de vida de um projeto são, respectivamente:

- A) Maturidade e finalização.
- B) Ambiental; aplicação; e, finalização.
- C) Crescimento; maturidade; e, tomada de decisão.
- D) Controle; aprimoramento; planejamento; e, execução.
- E) Conceitual; planejamento; implementação; e, conclusão.

Questão 65

As principais funções que os gerentes desempenham incluem planejamento, organização, liderança e controle. Organizar envolve coordenar e alocar recursos de uma empresa, para que ela possa executar seus planos e atingir suas metas. Este processo organizacional é realizado por:

- A) Controle; especialização; e, centralização.
- B) Objetivo comum; controle absoluto; e, decisão.
- C) Centralização de trabalho; formalização; e, decisão.
- D) Divisão de trabalho; departamentalização; e, delegação.
- E) Compartilhamento de intenções; centralização; e, neutralidade.

Questão 66

Periodicamente todas as empresas precisam reavaliar o modo como operam, o que inclui avaliar a eficácia da estrutura organizacional. A gestão de processos proporciona o mapeamento para sua análise e melhoria. A técnica que realiza o redesenho completo das estruturas e dos processos, a fim de melhorar as operações denomina-se:

- A) PDCA.
- B) 5W2H.
- C) Six Sigma.
- D) Matriz GUT.
- E) Reengenharia.

Questão 67

Uma das estruturas organizacionais é a matricial, que é adotada algumas vezes em conjunto com a estrutura de linha e assessoria tradicional em uma organização. Esta estrutura combina essencialmente duas formas de departamentalização: funcional e por produto. As principais desvantagens da estrutura matricial são:

- A) Menor desempenho e menos oportunidade.
- B) Falta de trabalho de equipe e uso deficiente dos recursos.
- C) Inflexibilidade e incapacidade de conciliar objetivos conflitantes.
- D) Menos oportunidade para desenvolvimento pessoal e profissional.
- E) Lutas de poder, confusão entre os membros da equipe e falta de coesão.

Questão 68

A análise de índices envolve o cálculo e a interpretação de índices econômicos e financeiros, usando dados históricos obtidos das demonstrações financeiras da empresa. Uma empresa apresentou os seguintes índices de liquidez:

- Liquidez Corrente = 1,10
- Liquidez Seca = 0,80

Considerando que não há informações passadas, é possível inferir que a empresa

- A) não possui recursos para pagar suas dívidas a curto prazo.
- B) não possui recursos para pagar suas dívidas a curto prazo e a longo prazo.
- C) não possui recursos para pagar suas dívidas a curto prazo e não possui estoques.
- D) possui recursos para pagar suas dívidas a curto prazo; porém, terá que se desfazer dos estoques.
- E) possui recursos para pagar suas dívidas a curto prazo e não terá que se desfazer dos estoques para isso.

Questão 69

O processo de gestão de pessoas incentiva o desenvolvimento de empregados de desempenho elevado; no caso de uma instituição pública, isto ocorre através da promoção de uma qualificação contínua dos servidores. Para isso, é necessário o conhecimento das aptidões essenciais para o preenchimento de diferentes cargos. É correto afirmar que para ter as informações sobre um cargo específico e a criação de estratégia para o atendimento das necessidades atuais e futuras de pessoal, deve-se fazer o levantamento de informações para análise, descrição e especificação para se ocupar um cargo. "A lista de aptidões, conhecimentos e capacidades fundamentais para ocupar um cargo faz parte da _____ do cargo." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) análise
- B) descrição
- C) distribuição
- D) especificação
- E) remuneração

Questão 70

Uma das ferramentas para análise ambiental da organização para o desenvolvimento do planejamento estratégico de uma organização é a análise SWOT que, traduzindo, significa "Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças". Com o objetivo de desenvolver uma matriz SWOT, determinada instituição pública levantou as seguintes informações; analise-as.

- I. A instituição possui autonomia financeira e operacional.
- II. O site é inadequado e não possui informações relevantes para o cidadão.
- III. Existe um desconhecimento da sociedade em relação aos serviços oferecidos.
- IV. É possível a realização de parceria com outras instituições.
- V. A instituição possui uma boa atuação preventiva com uma boa análise dos processos licitatórios.

Diante das informações, podemos afirmar que a oportunidade identificada foi:

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) IV.
- E) V.

Questão 71

O termo burocracia, na linguagem comum, assumiu diversos contornos e significados; e, na maioria das vezes, é referenciado como algo pejorativo. Nesse sentido, a burocracia tende a ser relacionada à ineficiência, atrasos, confusão, autoritarismo, privilégio, dentre outras expressões de significado negativo. Na gestão pública, Max Weber constatou que o emperramento da máquina administrativa se caracterizava nos seguintes problemas, EXCETO:

- A) Corporativismo.
- B) Previsibilidade das decisões.
- C) Disfuncionalidade organizativa.
- D) Incapacidade técnica da Administração Pública.
- E) Antidemocraticidade dos aparelhos dos partidos e dos Estados.

Questão 72

A Lei Federal nº 12.527/2011 estabelece que é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas, ou custodiadas. A divulgação das informações deverá constar, no mínimo:

- I. Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.
- II. Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.
- III. Registros das despesas.
- IV. Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados.
- V. Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades.
- VI. Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Está correto o que se afirma em

- A) IV e V, apenas.
- B) I, II, III, IV, V e VI.
- C) I, III, IV e V, apenas.
- D) II, IV, V e VI, apenas.
- E) II, III, IV e VI, apenas.

Questão 73

Considerando que o termo governança, com base na literatura acadêmica, pode ser definido, em sentido amplo, como um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Governança corporativa: oriunda das teorias da *management*; acentua a necessidade de eficácia, assim como a *accountability* na gestão dos bens públicos.
- II. Boa governança: utilizada geralmente pelo Banco Mundial em relação às suas políticas de empréstimos, é uma norma que supõe a eficácia dos serviços públicos, a privatização das empresas estatais, o rigor orçamentário e a descentralização administrativa.
- III. Governança enquanto sistema sociocibernético: a governança pode ser considerada como o teste-padrão ou a estrutura que emerge em um sistema social-político como o resultado ou o resultado comum dos esforços de interação da intervenção de todos os atores envolvidos.
- IV. Governança enquanto conjunto de redes organizadas: refere-se a *managing networks that are self-organizing*. Considerando que o Estado é um dos atores (e não mais o único e exclusivo ator) no sistema mundial, redes integradas e horizontais (ONGs, redes profissionais e científicas, meios de comunicação) desenvolvem suas políticas e modelam o ambiente desse sistema.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 74

O sistema de Licitações-e – sistema de comércio eletrônico – é operado pelo Banco do Brasil, que o disponibiliza, gratuitamente, ao setor público, para a realização de compras e contratações de serviços por meio da *internet*. São consideradas as principais funcionalidades do sistema Licitações-e, EXCETO:

- A) Suporte técnico.
- B) Possibilita cotação por lotes, apenas.
- C) Disponibiliza opção para publicação dos editais.
- D) Apresenta perfis diferenciados (coordenador, pregoeiro, apoio etc).
- E) Permite ao fornecedor consultar suas propostas já encaminhadas, modificá-las, substituí-las ou até cancelá-las, mesmo se estiver na fase de recebimento de proposta.

Questão 75

A partir da perspectiva das políticas de reforma, a Nova Gestão Pública (NGP) tem sido a fonte teórica de ideias para desenhar e realizar novas práticas e processos no âmbito da gestão pública. Nesse sentido, o principal objetivo inerente às reformas do estilo NGP é tornar as práticas mais eficientes e obter “valor por dinheiro”, realizando mudanças organizacionais e de gestão para alcançar uma utilização mais eficiente dos recursos. São consideradas as principais características de *management* (gestão) que o diferencia da burocracia, EXCETO:

- A) Inovador.
- B) Dinâmico.
- C) Orientado para fora.
- D) Centrado na obediência.
- E) Focado no desempenho.

Questão 76

“O controle dos gastos públicos se orienta por uma série de princípios, de acordo com as disposições legais que o institui e o rege. O princípio da _____ estabelece que as ações devem ser implementadas sem que se permita intromissão de questões de ordem política no desenvolvimento das atividades.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) legalidade
- B) totalidade
- C) autonomia
- D) imparcialidade
- E) independência

Questão 77

“O processo de compras na Administração Pública está regulamentado pela Lei de Licitações e demais legislações associadas, as quais estabelecem as modalidades que poderão ser empregadas no processo licitatório. A modalidade licitatória _____ é adequada para contratações de grande vulto, aquisição ou alienação de imóveis e aquisições internacionais. A participação é aberta para qualquer interessado que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) Leilão
- B) Convite
- C) Concurso
- D) Concorrência
- E) Tomada de Preços

Questão 78

A Constituição Federal impõe que a contratação de obras e serviços, locação e alienação, bem como a aquisição de materiais no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sejam ações realizadas mediante processos de licitação pública que assegurem igualdade de condições a todos os concorrentes. Os itens que compõem o processo de compras governamentais no país estão descritos na sequência correta em:

- A) Preparação; convocação; habilitação; competição; contratação; e, execução.
- B) Competição; preparação; contratação; execução; convocação; e, habilitação.
- C) Habilitação; competição; preparação; execução; convocação; e, contratação.
- D) Contratação; habilitação; competição; preparação; convocação; e, execução.
- E) Convocação; habilitação; preparação; contratação; competição; e, execução.

Questão 79

O Estado moderno, unitário e dotado de um poder próprio, começa a nascer na segunda metade do século XV, na França, Inglaterra e Espanha, depois é adotado por diversos outros países europeus e, muito mais tarde, pela Itália. Observa-se que o Estado moderno utilizou inúmeros instrumentos e meios para facilitar o controle político da monarquia. Considerando o exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Burocracia administrativa.
 - 2. Força militar.
 - 3. Leis e Justiça unificadas.
 - 4. Sistema tributário.
 - 5. Idioma nacional.
- () Legislações nacionais e uma Justiça pública atuante no território do Estado.
 - () Corpo de funcionários que, cumprindo ordens do rei, desempenhavam as tarefas da Administração Pública. Os cargos elevados da administração eram ocupados pela nobreza palaciana e pela alta burguesia, as quais compravam títulos nobiliárquicos.
 - () Língua oficial do Estado, que transmitia as origens, as tradições e os costumes da Nação. No intuito de criar o sentido de identificação entre os membros da sociedade, também valorizava a cultura de cada povo.
 - () Forças armadas (Exército, Marinha, Polícia) permanentes, para assegurar a ordem pública e a autoridade do governo.
 - () Sistema de impostos, taxas etc., regulares e obrigatórios para sustentar as despesas do governo e patrocinar a Administração Pública.

A sequência está correta em

- A) 3, 1, 5, 2, 4.
- B) 1, 3, 5, 4, 2.
- C) 5, 4, 1, 2, 3.
- D) 4, 2, 3, 5, 1.
- E) 5, 2, 3, 1, 4.

Questão 80

A diferença entre os modelos da Administração Pública Burocrática e Gerencial é bastante significativa, na medida em que a Gerencial parte de princípios e pressupostos diferentes, com outra visão de funcionários, do Estado e da sociedade. Relacione adequadamente a respectiva correspondência com as características da Administração Burocrática e Administração Gerencial.

- 1. Administração Burocrática.
 - 2. Administração Gerencial.
- () Pensa a sociedade como um campo de conflito, cooperação e incerteza, onde os cidadãos defendem os seus interesses e afirmam as suas posições ideológicas.
 - () Prega a descentralização, com delegação de poderes, atribuições e responsabilidades para os escalões inferiores.
 - () Não existe a confiança.
 - () É centralizadora e autoritária.
 - () Acredita em uma racionalidade absoluta, que a burocracia está encarregada de garantir.
 - () Prega o formalismo, a rigidez e o rigor técnico.
 - () É orientada para o cidadão, voltada para o consumidor; se concentra nas necessidades e perspectivas desse consumidor – o cliente-cidadão.
 - () Preza os princípios de confiança e descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções e incentivos à criatividade e inovação.

A sequência está correta em

- A) 2, 2, 1, 1, 1, 2, 2.
- B) 2, 1, 2, 2, 1, 1, 2, 1.
- C) 1, 1, 1, 2, 2, 2, 1, 1.
- D) 2, 1, 2, 1, 1, 2, 2, 2.
- E) 1, 1, 2, 2, 1, 1, 2, 1.

Questão 81

Somente após a crise do Estado nos anos 70 e o aprofundamento do processo de integração ou internacionalização das economias (globalização), os termos “governança” e “governabilidade” passaram a constar com maior frequência nos *papers* da área e a serem encarados como um instrumental analítico importante para a compreensão de todo este período de transformação sem precedentes, sobretudo, da reforma do Estado. Das definições dispostas a seguir, assinale aquela que diz respeito à “governança”.

- A) Capacidade que um determinado governo tem para formular e implementar as suas políticas.
- B) Capacidade de agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para curto, médio e longo prazos.
- C) Condições substantivas/materiais de exercício do poder do Estado democrático e do seu governo derivadas da sua postura diante da sociedade civil e do mercado.
- D) Capacidade de articular alianças e coalizões/pactos entre os diferentes grupos sócio-políticos para viabilizar o projeto de Estado e sociedade a ser implementado.
- E) Componente dos sistemas políticos dos países cujos Estados tenham uma legitimidade democrática mínima na formação/orientação dos seus respectivos governos.

Questão 82

Para compreender a moderna administração, torna-se necessário o conhecimento dos caminhos pelos quais passou a Teoria Administrativa ao longo de sua breve história. Sobre a evolução da administração e suas principais abordagens, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Nos primeiros 50 anos do século XX, a Teoria Administrativa lançou as suas bases fundamentais, preocupando-se com aspectos prescritivos e normativos para a administração das organizações. Nessa época, houve o predomínio das três abordagens tradicionais da administração: Administração Científica; Teoria Clássica / Modelo Burocrático e Teoria das Relações Humanas.
- () O período de 1950 a 1990, foi marcado por forte transição no mundo dos negócios. Nesse período, a Teoria Clássica foi substituída pela Teoria Neoclássica, a Teoria da Burocracia pela Teoria Estruturalista e a Teoria das Relações Humanas pela Teoria Comportamental.
- () O início da década de 1990 marca a terceira etapa do mundo organizacional: A Era da Informação. A nova riqueza passa a ser o conhecimento, o recurso mais valioso e importante, substituindo o capital financeiro pelo capital intelectual.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
B) F, V, V.
C) V, F, F.
D) F, V, F.
E) V, F, V.

Questão 83

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) que acrescentou dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Somente os partidos políticos, os sindicatos e as organizações do terceiro setor são partes legítimas para representar junto ao órgão competente dos Tribunais de Contas dos Estados e aos respectivos Ministérios Públicos, o descumprimento das prescrições da Lei de Transparência.
- II. Com a finalidade de liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, os entes da Federação devem disponibilizar a qualquer interessado, o acesso a informações referentes a todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização.
- III. A transparência da gestão fiscal será assegurada, também, por meio da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
B) III.
C) I e II.
D) I e III.
E) II e III.

Questão 84

Processo administrativo é uma sequência de ações que se sucedem para se chegar a um determinado ponto. É uma maneira sistemática de se fazer as coisas. A respeito das funções de administração, analise as afirmativas a seguir.

- I. “_____”: engajar as pessoas em um trabalho conjunto de uma maneira estruturada para alcançar objetivos comuns.”
- II. “_____”: estabelecer objetivos e o curso de ação adequado para alcançar esses objetivos.”
- III. “_____”: influenciar e orientar as atividades relacionadas com as tarefas dos diversos membros da equipe ou da instituição como um todo.”
- IV. “_____”: monitoramento a fim de manter a instituição no caminho adequado para alcance dos objetivos.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

- A) I. Organização II. Planejamento III. Direção IV. Controle
B) I. Planejamento II. Direção III. Organização IV. Controle
C) I. Controle II. Organização III. Planejamento IV. Direção
D) I. Direção II. Controle III. Organização IV. Planejamento
E) I. Planejamento II. Organização III. Controle IV. Direção

Questão 85

Sobre o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Definiu objetivos e estabeleceu diretrizes para a reforma da administração pública do Brasil.
- B) Um dos aspectos centrais foi o fortalecimento do Estado na busca de maior eficácia em suas ações reguladoras, em cenário de uma economia de mercado.
- C) Teve por base a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar social aplicada, com relativo sucesso, no pós-guerra.
- D) Definiu a Crise de Estado como uma crise fiscal, como esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado na economia e como superação da administração pública burocrática.
- E) Implantado na segunda metade da década de 1980, foi idealizado como instrumento indispensável para consolidar a estabilização e arrefecer o desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

Questão 86

Sobre a gestão por resultados na produção de serviços públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ênfase nos processos e procedimentos.
- B) Os resultados são a referência-chave para todo o processo de gestão.
- C) A definição dos objetivos, a escolha das ações e a tomada de decisão se dão de forma participativa.
- D) A instituição não impõe processos muito rígidos, pois o foco está nos resultados. Há diretrizes a serem cumpridas e busca-se realizar os objetivos.
- E) Há uma aproximação natural dos líderes e seus liderados, com troca de informações, *feedbacks* e colaboração, o que contribui com a harmonia organizacional.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 87

Sobre estrutura organizacional, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Funciona como a espinha dorsal da organização. Nesse sentido, costuma apresentar uma natureza predominantemente estática.
- B) Do ponto de vista tradicional, a autoridade a ser considerada em uma estrutura organizacional depende de uma posição organizacional e não de pessoas.
- C) Em estruturas organizacionais horizontalizadas, a comunicação sofre menos distorções, as decisões são tomadas mais prontamente e ocorre redução da possibilidade de promoções.
- D) A estrutura vertical de uma organização envolve três principais fatores: hierarquia administrativa, amplitude de controle e grau de centralização ou descentralização do processo de tomada de decisões.
- E) Em estruturas organizações verticalizadas (altas), a média da amplitude de controle é menos estreita e as decisões são mais ágeis, pois a estrutura alongada requer menor coordenação entre as fronteiras funcionais.

Questão 88

A respeito de Administração por Objetivos – APO, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Tem como vantagem possibilitar ao administrador o controle de seu próprio desempenho.
- B) É um método de planejamento e avaliação e como tal se situa dentro do ciclo administrativo.
- C) É um método global que diz respeito não só às técnicas de direção e administração, como também às pessoas, considerando os aspectos externos e internos das organizações.
- D) Baseia-se no princípio da motivação do comportamento humano. Contudo, é apenas um método de trabalho, não podendo ser entendido como uma filosofia da administração.
- E) É um processo em que chefes e subordinados identificam objetivos comuns, definem as áreas de responsabilidade de cada um em termos de resultados esperados e usam essas medidas como guias para a operação dos negócios.

Questão 89

Uma variante da abordagem divisional é a departamentalização por localização geográfica. Sobre esse tipo de departamentalização, analise as afirmativas a seguir.

- I. Cada divisão tem seus recursos próprios, havendo dispêndios de esforços para evitar compartilhamento entre as unidades.
- II. Os sistemas internos precisam ser organizados de diferentes maneiras para servir a diferentes segmentos territoriais de mercados.
- III. A organização se orienta para seu mercado de atuação.
- IV. A focalização no mercado torna a organização mais atenta a mudanças nas preferências e necessidade de mercado.
- V. A percepção, pela organização, da reação do mercado territorial aos seus produtos e serviços, é súpera.

São desvantagens da departamentalização por localização geográfica o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

Questão 90

A departamentalização constitui uma característica fundamental da estrutura organizacional. Significa o agrupamento de atividades em unidades organizacionais e o agrupamento dessas unidades em uma organização total. Assinale a afirmativa que apresenta vantagens da Departamentalização Funcional.

- A) A integração é proporcionada pela hierarquia.
- B) Cada unidade envolve pessoas que falam a mesma língua e compartilham a mesma especialidade.
- C) Cada departamento tem seus próprios objetivos táticos e departamentais com diferentes prioridades.
- D) Os gerentes são especialistas em uma área particular e específica e não são gerentes generalistas capazes de tocar a operação inteira.
- E) Cada divisão da empresa faz uma parte específica da tarefa da organização e depende das outras. A coordenação e a comunicação são inopinadas.

Questão 91

Em relação ao processo de recrutamento e seleção de pessoas, quando o mercado de trabalho está, predominantemente, em situação de oferta de empregos (demanda por mão de obra maior que oferta de mão de obra), as organizações apresentam as seguintes características, EXCETO:

- A) Intensificação dos investimentos em treinamentos.
- B) Maior atenção para as pessoas e orientação para o seu bem-estar.
- C) Ênfase em políticas de fixação de pessoal e em recrutamento interno.
- D) Redução ou congelamento dos investimentos em benefícios sociais e aumento das exigências aos candidatos às vagas.
- E) Criatividade na adoção de políticas para reduzir a rotatividade de mão de obra e intensificação dos investimentos em recrutamento.

Questão 92

O Decreto Federal nº 2.487/1998 dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como agências executivas. Por sua vez, a Lei nº 13.848/2019 dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. No Brasil, existem agências reguladoras e, também, agências executivas, algumas das quais encontram-se relacionadas a seguir.

- I. Agência Nacional do Desenvolvimento do Amazonas (ADA).
- II. Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA.
- III. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- IV. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
- V. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
- VI. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- VII. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Assinale a alternativa, cuja sequência de enumeração se refira apenas a agências reguladoras.

- A) I, II, IV e V.
- B) I, II, III e VI.
- C) III, IV, V e VI.
- D) II, IV, VI e VII.
- E) IV, V, VI e VII.



Questão 93

Do ponto de vista das organizações, o recrutamento e seleção de pessoas pode ser interno ou externo. São consideradas vantagens do recrutamento interno, EXCETO:

- A) Incentiva a permanência e a fidelidade dos funcionários.
- B) Mantém quase inalterado o atual patrimônio humano da organização.
- C) Menor custo na socialização dos funcionários e no processo de recrutamento e seleção.
- D) Aproveita melhor o potencial humano da organização e encoraja o desenvolvimento profissional dos atuais funcionários.
- E) Aumenta a probabilidade de evitar o que se denomina seleção adversa, pois o resultado da seleção tende a ficar mais próximo do objetivo desejado.

Questão 94

Considerando as disposições legais e os regulamentos sobre Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, assinale, a seguir, uma instituição passível de qualificação.

- A) Organizações sociais com reconhecimento público em nível nacional, em exercício a pelo menos três anos.
- B) Organizações partidárias e suas fundações, de qualquer ente federativo, desde que tenham representatividade em suas casas legislativas.
- C) Sindicatos, associações de classe ou de representação de categoria profissional, com, no mínimo, trezentos membros, que tenham sido criados a pelo menos três anos.
- D) Instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais que tenham sido autorizadas a funcionar pelo órgão competente a pelo menos três anos.
- E) Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas e em funcionamento regular há, no mínimo, três anos, cujos objetivos sociais sejam a promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse complementar.

Questão 95

Sobre consórcios públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O consórcio público pode ser associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- B) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- C) O consórcio público será constituído por contrato, cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- D) Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios e diretrizes estabelecidos pelas Secretarias de Estado da Saúde dos estados nos quais têm suas sedes.
- E) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.

Questão 96

De acordo com o equilíbrio organizacional, os objetivos e os desafios, são considerados aspectos fundamentais da moderna gestão de pessoas, EXCETO:

- A) Pessoas são ativadoras de recursos organizacionais.
- B) Reciprocidade na interação entre pessoas e organizações.
- C) Pessoas são talentos e não fornecedores de competências.
- D) Pessoas como capital humano agregadores de inteligência ao negócio.
- E) Pessoas como seres humanos e não simples recursos da organização.

Questão 97

Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e, também, com a seguinte diretriz:

- A) Publicidade como exceção e sigilo como preceito geral.
- B) Desenvolvimento do controle social da administração pública.
- C) Involução ao crescimento da cultura na administração pública.
- D) Valorização de meios de comunicação inviabilizados pela tecnologia da informação.
- E) Divulgação de informações de interesse público somente quando solicitado por escrito e nos moldes prescritos na legislação.

Questão 98

No planejamento e avaliação de políticas públicas, quando da realização da análise *ex ante*, deve se atentar, também, para os seguintes aspectos, EXCETO:

- A) Impacto orçamentário e financeiro.
- B) Desenho e estratégia de implantação.
- C) Monitoramento, avaliação e controle.
- D) Estratégia de desconstrução de suporte.
- E) Objetivos, ações e resultados esperados.

Questão 99

Assinale a única alternativa que versa sobre clientelismo.

- A) Inerente ao capitalismo como modo de intermediação de interesses e, como modelo, visa exatamente à sua manutenção de forma pacífica e democrática.
- B) Não define explicitamente uma situação, mas é um eixo de desenvolvimento, dependendo do grau em que se atribui *status* público a grupos de interesse organizados.
- C) Sistema de intermediação de interesses entre Estado e sociedade civil, constituído através de unidades funcionais, não-competitivas, reconhecidas ou criadas pelo Estado.
- D) Propugna um novo contrato entre Estado e sociedade como forma de resolução dos conflitos. Essas organizações bloqueiam uma excessiva politização dos conflitos, constituindo, portanto, mais um arranjo.
- E) Persistente na sociedade brasileira, mantém-se de maneira bastante forte como canal de relacionamento entre a sociedade e o Estado. Funciona como efeito de legitimação nos períodos populistas ou de cooptação nos autoritários e visa à troca de favores.

Questão 100

Na administração privada, assim como na administração pública, o modo de utilização dos recursos está relacionado com as competências organizacionais. Em uma análise preliminar, os recursos, em uma organização, podem ser assim classificados e exemplificados:

- I. Bens tangíveis, tais como: material de expediente; maquinário.
- II. Agregam valor e conferem vantagem competitiva à organização: reputação; propriedade intelectual.
- III. Em órgãos públicos são, em sua maioria, consignados na Lei Orçamentária Anual.
- IV. Referem-se ao somatório de competências: habilidades; atitudes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta da classificação preliminar dos recursos organizacionais anteriormente descritos e exemplificados.

- A) I. Palpáveis II. Humanos III. Contábeis IV. Corpóreos
- B) I. Tangíveis II. Incorpóreos III. Financeiros IV. Humanos
- C) I. Incorpóreos II. Capital intelectual III. Pecuniários IV. Intangíveis
- D) I. Intangíveis II. Corpóreos III. Receitas e despesas IV. Incorpóreos
- E) I. Corpóreos II. Tangíveis III. Extraorçamentários IV. Capital intelectual

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.







INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *smartphone*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 80 (oitenta) questões para os Cargos Nível técnico e 100 (cem) questões para os cargos de Nível Superior. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
5. As provas terão duração de 5 (cinco) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o cartão de Respostas (Gabarito).
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito), devidamente assinados em local específico.
7. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
8. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
9. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 2 (duas) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.
10. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os cadernos de provas e os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo serão divulgados exclusivamente nos endereços eletrônicos www.pge.sc.gov.br e www.institutoconsulplan.org.br, às 10h00min do dia 12 de dezembro de 2022.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas terá o período de 10h00min do dia 12 de dezembro de 2022 até as 23h59min do dia 13 de dezembro de 2022.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.